

TERMO ADITIVO A CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2012/2013

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RS000771/2013
DATA DE REGISTRO NO MTE: 20/05/2013
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR012832/2013
NÚMERO DO PROCESSO: 46272.001510/2013-28
DATA DO PROTOCOLO: 13/05/2013

NÚMERO DO PROCESSO DA CONVENÇÃO COLETIVA PRINCIPAL: 46218.001920/2013-23
DATA DE REGISTRO DA CONVENÇÃO COLETIVA PRINCIPAL: 06/02/2013

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE PASSO FUNDO, CNPJ n. 92.046.820/0001-32, neste ato representado(a) por seu Membro de Diretoria Colegiada, Sr(a). DONATAN BERTOLLO;

E

SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS CONCESSIONARIOS E DIST DE VEIC NO ESTADO RGS, CNPJ n. 04.243.203/0001-60, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). FERNANDO AUGUSTO DE CARVALHO ESBROGLIO;

celebram o presente TERMO ADITIVO DE CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Termo Aditivo a Convenção Coletiva de Trabalho no período de 1º de abril de 2012 a 31 de maio de 2013 e a data-base da categoria em 1º de abril.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Termo Aditivo a Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Empregados no Comércio**, com abrangência territorial em **Camargo/RS, Casca/RS, Coxilha/RS, Ernestina/RS, Gentil/RS, Guaporé/RS, Marau/RS, Mato Castelhana/RS, Montauri/RS, Nicolau Vergueiro/RS, Passo Fundo/RS, Pontão/RS, Santo Antônio do Palma/RS, São Domingos do Sul/RS, Serafina Corrêa/RS, Sertão/RS, Vanini/RS e Vila Maria/RS**.

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIOS NORMATIVOS

As empresas pagarão, para os seus trabalhadores em geral, a partir de 01 de abril de 2012, o valor do salário normativo mínimo de R\$ 760,00 (setecentos e sessenta reais).

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

Os empregados representados pela entidade profissional acordante terão em 1º de abril de 2012 seus salários reajustados no percentual de 7,07% (sete inteiros e sete centésimo por cento), a incidir sobre os salários percebidos em abril de 2011, respeitadas as seguintes regras:

O reajuste previsto no "caput" desta cláusula será aplicado até a parcela de R\$ 3.153,21 (três mil, cento e cinquenta e três reais e vinte e um centavos), e acima deste valor aplica-se a livre negociação, ficando-lhes garantido, entretanto, uma parcela fixa de reajuste de R\$ 222,93 (duzentos e vinte e dois reais e noventa e três centavos), que corresponde ao índice de 7,07% sobre o limite convencionado.

CLÁUSULA QUINTA - DIFERENÇAS SALARIAIS - PAGAMENTOS

Eventuais diferenças salariais decorrentes da aplicação da presente convenção serão pagas até o 5º (quinto) dia útil do mês de **março de 2013**.

CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE PROPORCIONAL

Os empregados admitidos após 01/04/2012, terão seus salários reajustados conforme tabela abaixo:

Admissão	Reajuste	Admissão	Reajuste
ABR/11	7,07%	MAI/11	6,13%
JUN/11	5,35%	JUL/11	4,95%
AGO/11	4,77%	SET/11	4,16%
OUT/11	3,53%	NOV/11	3,03%
DEZ/11	2,27%	JAN/12	1,59%
FEV/12	0,90%	MAR/12	0,35%

Descontos Salariais

CLÁUSULA SÉTIMA - ESTORNO DE COMISSÕES

As empresas não poderão descontar ou estornar da remuneração dos comissionados, valores relativos a mercadorias devolvidas, a não ser em casos de imediata devolução, ou anulação da nota fiscal, respeitando-se o limite de trinta dias a contar da data de emissão daquele documento.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA OITAVA - COMPENSAÇÕES

Fica autorizada a compensação de quaisquer reajustes concedidos deliberadamente, com os reajustes e aumentos ora convencionados.

Parágrafo 1º - Nos reajustes convencionados neste instrumento, já estão incluídas todas e quaisquer majorações salariais, mesmo que a título de antecipação, que tomem como base índices de preços ou quaisquer reajustes oficiais ou convencionados, anteriores a abril de 2011.

Parágrafo 2º - Aplicado o índice de aumento previsto na cláusula 4ª e itens correspondentes, serão compensados os aumentos salariais, espontâneos ou coercitivos, concedidos durante a vigência do acordo coletivo anterior, exceto os provenientes do término de aprendizagem, implemento de idade, promoção por merecimento, transferência de cargo, função, estabelecimento ou de localidade e equiparação salarial determinada por sentença transitada em julgado.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

13º Salário

CLÁUSULA NONA - GRATIFICAÇÃO NATALINA E FÉRIAS - BASE DE CÁLCULO

O valor devido a título de décimo terceiro salário e férias do empregado comissionado será o resultante da parte fixa, se houver, mais a média de comissões dos últimos três meses. Idêntico procedimento será adotado para o cálculo de maior remuneração, nas rescisões trabalhistas.

Parágrafo 1º - Para os efeitos da apuração da média trimestral, as comissões serão corrigidas sempre que a variação acumulada do INPC/IBGE, no trimestre, ultrapassar a 10% (dez por cento).

Parágrafo 2º - Ajustam as partes que as comissões do mês de dezembro não sofrerão correção monetária, para fins de pagamento de 13o. salário ou de férias, concedidas no mês de janeiro imediatamente posterior ao término do período aquisitivo.

Outras Gratificações

CLÁUSULA DÉCIMA - QUEBRA DE CAIXA

Para os empregados que exerçam função de caixa fica garantida uma indenização de quebra de caixa, no percentual de 10% (dez por cento), sobre o piso da categoria, ficando ajustado que estes valores não farão parte integrante do salário do empregado para qualquer efeito legal.

Adicional de Tempo de Serviço

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

Aos integrantes da categoria profissional será concedido um adicional de 2% (dois por cento) por quinquênio de serviço na mesma empresa, percentual este que incidirá sobre o salário efetivamente

percebido, independente da forma de remuneração.

Adicional de Insalubridade

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

O pagamento do adicional de insalubridade devido aos integrantes da categoria profissional suscitante será calculado com base no salário mínimo oficial.

Auxílio Creche

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CHECHES

Em razão da unificação das convenções coletivas data base março e abril, as entidades convenientes acordam em manter o benefício do auxílio creche para os funcionários dos concessionários sediados nos Municípios de Marau, Casca, Serafina Correa, Guaporé, Gentil, Sertão, Ernestina, Vila Maria, Coxilha, Montauri, Nicolau Vergueiro, Pontão, Santo Antonio do Palma, São Domingos do Sul, Camargo, Vanini e Mato Castelhana no sentido de que as empresas destas cidades que não mantiverem creches junto ao estabelecimento ou de forma conveniada pagarão a seus empregados por filho menor de 06 (seis) anos, auxílio mensal no valor equivalente a 0,10 (um décimo) do salário normativo da categoria profissional, independente de qualquer comprovação de despesa.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Normas para Admissão/Contratação

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA - PRAZOS MÍNIMO E MÁXIMO

Os contratos de experiência não poderão ser celebrados por prazo inferior a 30 (trinta) nem superior a 60 (sessenta) dias.

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - HOMOLOGAÇÕES DE RESCISÕES - COMPROVAÇÃO QUITAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES SINDICAL

No ato de homologação das rescisões de contrato de trabalho da empresa com seus empregados, no sindicato obreiro, deverão estas, obrigatoriamente, apresentar os comprovantes de recolhimento das contribuições sindicais (Imposto Sindical), Contribuições Assistenciais das Convenções Coletivas e Contribuições Confederativas estipuladas em Assembléia Geral, tanto do sindicato representativo da categoria obreira como do sindicato representativo da categoria econômica.

Parágrafo Único - A apresentação do CERTIFICADO de regularidade de situação expedido pelo SINCODIV-RS supre a necessidade da apresentação das guias de recolhimentos patronais acima previstas, pelas empresas representadas.

Aviso Prévio

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO AVISO PRÉVIO

Quando o empregado pré-avisado não for dispensado do cumprimento do aviso prévio, deverá ser anotada tal circunstância, assim como o horário de trabalho, no documento de comunicação

Parágrafo 1º - O empregado que, no curso do aviso prévio, dado pelo empregador, obtiver novo emprego, fica dispensado do cumprimento do restante do prazo, pagando o empregador apenas os dias trabalhados e as correspondentes parcelas rescisórias e remuneratórias.

Parágrafo 2º - Durante o prazo do aviso prévio, dado por qualquer das partes, salvo em caso de reversão ao cargo efetivo do exercente de cargo de confiança, não poderão ser feitas alterações nas condições de trabalho, inclusive de local, sob pena de rescisão imediata do contrato de trabalho, respondendo a empresa pelo pagamento do restante do aviso prévio.

Parágrafo 3º - Quando da dispensa sem justa causa, de iniciativa da empresa, o empregado deverá optar, quando pré-avisado, pela dispensa das duas horas no início ou no fim do dia.

Estágio/Aprendizagem

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - MENORES APRENDIZES

Fica ajustado, ainda, que o salário de menores aprendizes será de: R\$ 456,00 (quatrocentos e cinquenta e seis reais), que corresponde a 60% (sessenta por cento) do salário normativo, para os primeiros seis meses da contratação; 70% (setenta por cento) do salário normativo do 7º ao 9º mês da contratação; 80% (oitenta por cento) do salário normativo no 10º e 11º mês da contratação e 100% (cem por cento) do salário normativo, a partir do 12º mês.

Para os efeitos da definição a respeito de menores aprendizes, fica ajustado que:

Parágrafo 1º - As empresas poderão ter em seus quadros funcionais menores aprendizes, na proporção de um para cada trinta funcionários, admitindo-se um aprendiz mesmo para as que tenham menos de trinta empregados.

Parágrafo 2º - A idade máxima do menor aprendiz será de 18 (dezoito) anos;

Parágrafo 3º - O menor aprendiz deverá receber treinamento dentro da qualificação profissional, mediante realização de curso de formação profissional a ser propiciado pelas empresas, sem custo ao empregado.

Parágrafo 4º - O menor aprendiz só será assim considerado quando se tratar do seu primeiro emprego.

Parágrafo 5º - A empresa que contratar menor nas condições desta cláusula deverá proceder, em 05 (cinco dias) da contratação, comunicação ao Sindicato dos Empregados no Comércio.

Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - CTPS - ANOTAÇÃO DE FUNÇÃO

As empresas anotarão na CTPS de seus empregados a função efetivamente exercida.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - RECIBO DE PAGAMENTO - FORNECIMENTO DE CÓPIAS

As empresas fornecerão aos empregados cópias dos recibos ou envelopes de pagamento, com a discriminação das verbas pagas e dos descontos efetuados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - CONFERÊNCIA DE CAIXA

A conferência de caixa será feita, obrigatoriamente à vista do empregado, diariamente, sendo por ele assinada, sob pena de impossibilidade de a empresa cobrar qualquer diferença.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Estabilidade Mãe

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - GESTANTE

A estabilidade da gestante é garantida, desde a confirmação da gravidez e sua comunicação ao empregador, em até 6 (seis) meses após o parto.

Parágrafo 1º - A empregada que ao receber carta de Aviso Prévio de Demissão se encontre em estado gravídico, deverá apresentar à Empresa, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de recebimento da carta, o atestado médico comprobatório da gravidez anterior à data de pré-aviso, sob pena de decadência dos seus direitos.

Parágrafo 2º - Comprovada a gravidez, nos termos do parágrafo 1º, fica garantida à empregada o direito à sua reintegração ao trabalho, cumprindo prazo estabelecido nesta cláusula, ou aos salários do período correspondente, em caso de acordo entre as partes.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Prorrogação/Redução de Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - PRORROGAÇÃO DA JORNADA - FORNECIMENTO DE LANCHE

As empresas fornecerão lanche grátis a seus empregados, sempre que, por ventura, houver prorrogação de jornada superior a duas horas.

Compensação de Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DAS COMPENSAÇÕES DOS HORÁRIOS DE TRABALHO

Ajustam as partes que poderão ser compensadas eventuais horas extraordinárias trabalhadas no mês de **dezembro/2012**.

Parágrafo 1º - As empresas deverão manifestar a opção pela compensação até o dia **30 de dezembro de 2012**, impreterivelmente, mediante acordo escrito com seus funcionários.

Parágrafo 2º - As horas trabalhadas a mais no mês de **dezembro de 2012**, deverão ser compensadas, em uma só vez, no período compreendido entre 01 de janeiro a 31 de **janeiro de 2013**, respeitadas as normas deste instrumento a respeito de compensação de jornadas e os casos de funcionários que tenham férias programadas para janeiro, quando a compensação poderá ser feita até 25 de **fevereiro de 2013**.

Parágrafo 3º - Os dias compensados em janeiro serão remunerados pela média das comissões dos dias efetivamente trabalhados no mês de dezembro, para os comissionistas.

Parágrafo 4º - A opção pelo regime compensatório ajustado nesta cláusula e o posterior descumprimento dele acarretará na transformação das horas laboradas a mais no período, em horas extraordinárias, a serem pagas com o adicional de 100%.

Parágrafo 5º - Os convenentes, por meio de comissão intersindical, formada por dois representantes de cada um, fiscalizarão o cumprimento das escalas de compensação aqui previstas e também fiscalizarão a fiel observância do disposto na cláusula seguinte.

Parágrafo 6º - As empresas ficam autorizadas a compensar e prorrogar a jornada de trabalho de seus empregados, com vistas a adequar a jornada realizada à jornada mensal de 220 horas, o que significa que as empresas estão autorizadas a proceder a compensação de horários dentro do mês. A compensação e prorrogação previstas nesta cláusula deverão constar de acordo escrito entre empresa e empregados e com visto do Sindicato Profissional. Para os efeitos desta cláusula, todos os empregados que estiverem trabalhando deverão fazer parte do acordo de compensação, sendo vedada a existência de acordo geral.

Parágrafo 7º - As empresas que optarem em prorrogar e compensar o horário de seus trabalhadores, dentro da jornada mensal de 220 horas, manterão controle de horário, independentemente do número de empregados.

Parágrafo 8º - As empresas com mais de 05 (cinco) empregados deverão manter controle de horário, mecânico ou manual, devidamente autenticado pelos trabalhadores.

Parágrafo 9º - Na eventualidade de edição de medidas governamentais que venham restringir ao ajustado neste instrumento, prevalecerão as condições aqui convencionadas.

Descanso Semanal

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - REPOUSO SEMANAL REMUNERADO DOS COMISSIONADOS

Fica assegurado ao empregado comissionado o pagamento do repouso semanal remunerado sobre as comissões que perceba, a ser calculado, dividindo-se o total percebido no mês a esse título, pelos dias efetivamente trabalhados e multiplicando-se o resultado pelo número de

domingos e feriados a que tiver direito no mês.

Jornadas Especiais (mulheres, menores, estudantes)

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - EMPREGADO ESTUDANTE - JORNADA DE TRABALHO

O empregado estudante terá garantido o encerramento de sua jornada de trabalho, pelo menos, quarenta e cinco minutos antes do início regular de suas aulas.

Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - ATRASO AO SERVIÇO - PERMISSÃO DE TRABALHO - RSR

Em caso de atraso do empregado, se o empregador permitir o trabalho nesse dia, fica vedado o desconto da importância relativa ao Repouso Semanal Remunerado e feriados correspondentes.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Condições de Ambiente de Trabalho

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - ASSENTOS NOS LOCAIS DE TRABALHO

As empresas colocarão, obrigatoriamente, assentos no local de trabalho, nos serviços de atendimento ao público.

Uniforme

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - UNIFORMES - USO OBRIGATÓRIO

As empresas que exigirem o uso de uniforme ficam obrigadas a fornecê-los em quantidade de, no mínimo, dois por ano, sem qualquer ônus para seus empregados, sob pena de indenização do valor cobrado, corrigido monetariamente.

Aceitação de Atestados Médicos

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - ATESTADOS

As empresas aceitarão atestados de doença fornecidos por médicos particulares, desde que conveniados com o INSS, para a justificativa de falta ao serviço.

Relações Sindicais

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DESCONTO ASSISTENCIAL PROFISSIONAL

A contribuição dos trabalhadores para com o Suscitante atendendo ao que resultou da deliberação da assembléia da categoria, será na importância que corresponder a 4% do salário já reajustado, descontados em Fevereiro e em Abril, a serem recolhidos até o dia 10 do mês seguinte ao do desconto.

Parágrafo 1º - Ficam as empresas também obrigadas a remeter ao sindicato patronal e Laboral relação nominal dos empregados com data de admissão, salário anterior à revisão , salário revisado e valor do recolhimento.

Parágrafo 2º - O SINCODIV-RS recomendará a seus associados que procedam ao desconto em folha das mensalidades dos associados do Sindicato.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DESCONTO ASSISTENCIAL PATRONAL

As empresas representadas pelo Sindicato Intermunicipal dos Concessionários e Distribuidores de Veículos no Estado do Rio Grande do Sul (SINCODIV-RS), ficam obrigadas a recolher aos cofres da entidade o equivalente a 2 (dois) dias do total da folha de pagamento já reajustada e vigente no mês de **Fevereiro de 2013**, ficando instituída uma contribuição mínima de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por empresa. O recolhimento deverá ser feito até o dia **10 de Março de 2013**, na conta bancária indicada em documento de cobrança bancária remetido, sob pena de não sendo feito dentro do prazo, incidir atualização monetária acrescida de juros de 1% (um por cento) ao mês e multa de 10% (dez por cento) a incidir sobre o débito corrigido.

Parágrafo 1º - As empresas que não possuem empregados recolherão a taxa mínima, na mesma conta bancária, no mesmo prazo e com as mesmas cominações.

Parágrafo 2º - Ficam as empresas também obrigadas a remeter ao sindicato patronal e Laboral relação nominal dos empregados com data de admissão, salário anterior à revisão , salário revisado e valor do recolhimento.

Parágrafo 3º - A obrigação acima é ônus do empregador , constituindo- se em contribuição assistencial e será aplicada em benefícios assistenciais à categoria.

Disposições Gerais

Outras Disposições

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - REVOGAÇÃO DE BENEFÍCIOS

As empresas que descumprirem os termos da presente convenção não poderão se utilizar da prerrogativa de contratar aprendizes, conforme facultado pela cláusula 16 e seus itens.

DONATAN BERTOLLO
Membro de Diretoria Colegiada
SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE PASSO FUNDO

FERNANDO AUGUSTO DE CARVALHO ESBROGLIO
Presidente
SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS CONCESSIONARIOS E DIST DE VEIC NO ESTADO RGS